

Processo: **00930-2005-016-10-00-7 RO** (Acórdão 1ª Turma)  
Origem: 16ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF  
Juiz(a) da Sentença: Elke Doris Just  
Relatora: Desembargadora Elaine Machado Vasconcelos  
Revisora: Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães  
Redatora: Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães  
Julgado em: **28/03/2007**  
Publicado em: **27-Abr-2007**  
Recorrente: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília  
Advogado: José Eymard Loguércio  
Recorrente: Ministério Público do Trabalho  
Advogado: Otávio Brito Lopes  
Recorrido: Banco Bradesco S.A.  
Advogado: Celso José Soares

Acórdão do(a) Exmo(a) **Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães**

#### **EMENTA**

**AÇÃO AFIRMATIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ATOS DISCRIMINATÓRIOS CONCRETOS. DANO MORAL COLETIVO. NÃO- CARACTERIZAÇÃO.** Não evidenciada qualquer situação concreta de preterição, exclusão ou preferência de empregados, fundada em gênero, idade ou raça, levadas a efeito pela instituição acionada, inviável se torna a imposição de condenação pecuniária a título de dano moral coletivo. A mera ausência de correspondência entre a composição dos empregados do demandado e a taxa de composição da População Economicamente Ativa do DF não se revela suficiente a evidenciar qualquer conduta discriminatória, ainda que inconsciente, por parte da demandada. Ainda que se pudesse vislumbrar a ocorrência de discriminação indireta, inexistente no ordenamento jurídico brasileiro instrumento legal que determine a observância de regime de cotas ou metas na admissão de empregados, seja por órgãos da administração pública, seja por empresas de natureza privada (art. 5º, II da CF).

Processo: **00427-2006-006-10-00-5 RO** (Acórdão 2ª Turma)  
Origem: 6ª Vara do Trabalho de BRASÍLIA/DF  
Juiz(a) da Sentença: Antonio Umberto de Souza Junior  
Relator: Juiz Gilberto Augusto Leitão Martins  
Revisora: Desembargadora Maria Piedade Bueno Teixeira  
Redator: Desembargador João Amílcar  
Julgado em: **26/11/2008**  
Publicado em: **23-Jan-2009**  
Recorrente: Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região)  
Advogado: Eduardo Trajano César dos Santos  
Recorrido: Telemar Norte Leste S.A.  
Advogado: José Alberto Couto Maciel

**EMENTA**

**EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. CONCEITO. POSSIBILIDADE. LEI ESPECÍFICA.**

1. O processo de privatização das telecomunicações, cujo objetivo essencial residiu na universalização e qualificação do serviço em todo o território nacional, resultou na mudança de paradigmas, parametrizada pelas normas de regência - a geral de concessões e a específica do setor. 2. No campo da terceirização dos serviços, tanto o artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/95, quanto o inciso II do artigo 94 da Lei nº 9.472/97, autorizam as concessionárias "...a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço". Daí resulta a licitude, na hipótese concreta, da terceirização nas atividades da empresa, sem que tal implique afronta à inteligência que transpira dos itens I e III da Súmula nº 331, do col. TST. Precedentes. **3. O conceito hodierno de atividade-fim dirige-se ao núcleo essencial da atividade empresarial, que no ramo das telecomunicações pós-privatização pode ser resumido na garantia da melhor conectividade entre os usuários. As atividades marginais a essa essencial, ainda que possam tangenciá-la, não podem ser assim conceituadas, tais como a instalação e manutenção de cabos aéreos e o atendimento ao consumidor final.** Os serviços indicados pelo autor não se enquadram na definição de área-fim, panorama a afastar a ilicitude das terceirizações respectivas. 4. Situações de desvio na terceirização de atividades secundárias, como as demonstradas nas inspeções locais, inquéritos e ações juntadas aos autos, devem ser corrigidas pela atividade jurisdicional, que conta com arcabouço legal e jurisprudencial eficaz para tanto. Não ostentam, porém, magnitude suficiente para justificar óbice completo à terceirização, em todo o território nacional, de atividades legalmente autorizadas, implicando, inclusive, desnaturação da própria concessão. 5. Pedido formulado em ação civil pública que se julga improcedente. Recurso conhecido e desprovido.